

Embora a produtividade dos magistrados catarinenses seja cada vez maior, o Poder Judiciário continua sendo visto como uma instituição morosa e burocrática.

Como o senhor pretende evidenciar a relevância da magistratura e melhorar a imagem do Poder Judiciário perante a sociedade catarinense?

Resposta do desembargador Ricardo Fontes:

Em primeiro lugar, destaco que a morosidade do Judiciário não é a regra. O grau de envelhecimento de nosso acervo vem diminuindo e isso também precisa ser mostrado junto com os dados de nossa produção.

Também é importante lembrar que esse problema de imagem não é restrito ao nosso Estado. E ainda que pudéssemos abstrair toda a situação política do país e a decorrente divisão da opinião pública quanto ao Judiciário, ainda sofreriamos críticas por nossa atuação.

Assim, mesmo com toda a velocidade de tramitação que ganhamos com a adoção do processo eletrônico e a diminuição do grau de envelhecimento de acervo que referi, a simples publicação de dados de produtividade não tem sido suficiente para agregar uma percepção de valor positiva entre as partes e advogados. E isso tem os mais variados motivos, seja porque nem todos conseguem fazer frente ao enorme número de demandas que ingressam em juízo, seja porque a velocidade esperada para os julgamentos muitas vezes também é inviável, e isso ocorre não só pelo tempo de tramitação em primeiro grau, mas muito pelo excessivo número de recursos que o nosso sistema jurídico possibilita. Então, quando as pessoas ficam sabendo que um processo demorou anos para chegar ao julgamento final, isso acaba pesando negativamente no senso comum que se tem acerca do nosso trabalho.

Pessoalmente acho extremamente injusto impor à magistratura toda a responsabilidade por essas críticas. Temos que assumir que essa situação não vai melhorar se a atividade meio do Tribunal não propiciar aos nossos juizes e juizas um suporte eficaz para sua atuação. Muito mais que o apego à simples divulgação de números de julgamentos e de ações isoladas, temos que inserir nesses setores de apoio uma cultura de inovação, com implementação bem estruturada de projetos que não se percam à cada mudança de gestão. A observância de políticas públicas e uma linha de atuação em que a continuidade e ajustes com base em planejamento se sobreponham à

pura e simples ruptura é indispensável, pois a Presidência não é pessoal e nem pertence a alguém. Ou seja: é urgente que cada vez mais trabalhemos alinhados a princípios modernos de gestão.

Mais do que chamadas em nosso site acerca de julgamentos, precisamos mostrar a dedicação e as muitas horas dispensadas por nossos juízes em suas atividades, os muitos cases de sucesso em gestão de unidades, as inúmeras ações implementadas em prol da sociedade num esforço que supera as horas de trabalho em processos e o número de decisões produzidas.

No âmbito interno, de nada adianta buscarmos trabalhar cada vez mais e melhor se nos fóruns e no Tribunal essa sobrecarga for suplantada por uma informação dada de uma forma que não corresponde à qualidade de nossa atuação. Somente uma escuta adequada vai gerar um sentimento de visibilidade para quem busca nossos serviços, e é esse sentimento que gera a percepção de devido acesso à justiça. Também nesse ponto precisamos de medidas que facilitem não só as informações, mas a compreensão do que está acontecendo com o processo e que os problemas não são “culpa do juiz”.

A relevância da nossa magistratura como instrumento de cidadania precisa ser mostrada para as pessoas que buscam o Poder Judiciário, pois quando elas fazem isso, estão buscando é a atenção do setor público para os seus problemas, independentemente da maior ou menor gravidade que eles possam ter.

O trabalho de divulgação que há anos vem sendo feito é indispensável, e também é uma forma de prestação de contas para a população, mas hoje é evidente que isso não está servindo para resolver o problema de imagem apontado na pergunta. Se de um lado os dados apontam que o Brasil tem os juízes que mais produzem no mundo, também nos imputam a condição de mais asoberbados e lentos, e essa falsa percepção precisa de outra forma de abordagem para ser modificada.

Enfim, é certo que todas as medidas que referi são necessárias e urgentes, e sua implementação passará pela revisão de fluxos de trabalho e melhorias nos setores de apoio, como também pela catalogação, avaliação e registro adequado das ações desenvolvidas pelos magistrados. Nesse ponto, a pareceria com a Corregedoria será essencial para o auxílio ao seu desenvolvimento não só como ações, mas como projetos devidamente estruturados e divulgados. A Academia Judicial deverá atuar na capacitação de pessoal no tocante ao atendimento, e na linha do que foi acima colocado, reavaliaremos nossas estratégias de comunicação externa.